

CIBEC/INEP



B0029124

POLÍTICA E RESULTADOS

1995 - 2002

A Reforma
da Educação
Profissional

Ministério da Educação

F
37.014"1995-2002"
B823pre
Ex.2

Brasília - DEZ / 2002

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretária Executiva

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretaria de Educação Média e Tecnológica

Raul David do Valle Junior

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A Reforma da Educação Profissional

Apresentação.....	4
I. Dificuldades e Incongruências de um Antigo Sistema.....	6
II. Os Novos Desafios de uma Nova Sociedade	9
III. A Nossa Reforma.....	10
IV. Os Obstáculos à Reforma	13
1. Concomitância ou Pós-Médio?	14
2. A Articulação das Disciplinas Técnicas e Acadêmicas	15
3. A LDB e o Alongamento do Ensino	15
4. O Pós-Médio Não Profissionalizante: a Persistência do Elitismo.....	16
V. Implantando a Reforma: O Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP.....	17
VI. A Evolução Quantitativa da Educação Profissional	22
VII. Novos Desafios.....	26

As publicações do Ministério da Educação, nestes oito anos, tiveram como objetivo primordial oferecer suporte para a implementação das reformas e políticas definidas em relação aos vários níveis do ensino e orientar os gestores do sistema de educação brasileiro.

O Ministério da Educação procurou liderar as transformações do sistema de educação brasileiro. Na Educação Profissional promoveu reformas em sintonia com as necessidades de desenvolvimento do país, do setor produtivo e dos cidadãos.

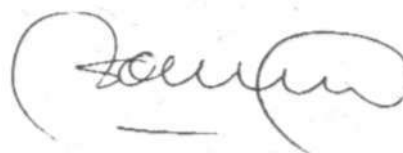
A tendência mundial é a existência de um ensino pós-médio amplo e vigoroso, com diversidade de alternativas para os jovens poderem escolher suas melhores opções. Isso passa pela articulação entre educação, trabalho e tecnologia, em um desafio que exige flexibilidade, parcerias inovadoras e dinâmicas institucionais atualizadas. Com a reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional, que vem sendo efetuada nos últimos anos, o Brasil caminha nessa direção.

Para apoiar a implementação desta reforma, o Ministério da Educação criou o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP-, com 500 milhões de dólares de investimento em novas escolas e na melhoria e ampliação da infra-estrutura de escolas já existentes, com o objetivo de expandir à rede a oferta de matrículas dos níveis Básico, Técnico e Tecnológico.

A Educação Profissional no Brasil mudou, deu um salto de qualidade porque encontrou sua verdadeira vocação para contribuir, em bases sólidas, ao desenvolvimento social e econômico do país.

O propósito da presente publicação é, a um só tempo, deixar o registro do muito que foi feito e buscar a sustentabilidade de políticas que contribuem muito para a construção de uma educação de qualidade.

Na educação as coisas não acontecem da noite para o dia. O processo é lento, difícil. Por isso publicações desta natureza são importantes para explicitar rumos e balizar políticas e debates públicos.



Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

I. Dificuldades e Incongruências de um Antigo Sistema

Datam do início do século XX as primeiras iniciativas de nosso país para a criação de um sistema de educação profissional de nível técnico, inicialmente por meio das escolas técnicas federais. Na era Vargas, um novo impulso foi dado com a criação do SENAI e, posteriormente, do SENAC, que viriam a se tornar emblemáticos de uma educação profissional voltada para o mercado de trabalho e exemplos copiados por outros países. As duas iniciativas permaneceram, porém, restritas em termos de sua abrangência e desvinculadas do conjunto do sistema educacional. O rápido processo de urbanização experimentado por nosso país, já no período do imediato pós-segunda guerra mundial, trouxe à ordem do dia, pela primeira vez, o tema do emprego e da preparação para o trabalho como uma necessidade claramente identificada pela sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada em 1971 procurou, bem ao estilo da época, resolver drástica e autoritariamente o problema, ao determinar que todo o ensino médio deveria ter um caráter profissionalizante, introduzindo a obrigatoriedade de disciplinas técnicas na grade curricular. A enorme dificuldade de organizar um sistema com essas características, em razão do elevado custo de investimentos, de preparação dos professores e de manutenção da atualidade dos

equipamentos face ao avanço técnico, condenou a iniciativa, desde cedo, ao fracasso. As escolas públicas em geral não implementaram as disciplinas profissionalizantes em seus currículos e muitas das privadas de melhor nível o fizeram em matérias técnicas vinculadas ao lazer ou à preparação para a vida em geral (cursos de -fotografia, culinária etc).

No começo dos anos noventa, a estrutura do sistema de educação profissional do Brasil era, ainda, bastante precária e heterogênea. Possuíamos um segmento de Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs- e escolas técnicas federais de boa qualidade acadêmica, porém muito pequeno em relação às necessidades do país e bastante desvinculado das necessidades do mercado de trabalho das regiões onde as instituições estavam inseridas. Os segmentos do sistema "S" - SENAI, SENAC, SENAR - haviam se expandido e mantinham, em geral, um bom padrão de qualidade e uma estreita vinculação ao mercado de trabalho, mas sua dimensão era ainda muito diminuta em relação às demandas sociais, permanecendo ainda a dificuldade de sua articulação com o conjunto do sistema de ensino.

A certificação profissional como técnico de nível médio estava vinculada a uma certa modalidade do ensino médio formal, seguindo a tradição européia. O ensino técnico equivalia ao médio e era ministrado em quatro anos em um currículo integrado de matérias acadêmicas e técnicas.

Este modelo tinha como premissa que a maior parte da população, e em especial os que potencialmente pudessem estar interessados na educação profissional de nível

técnico, estaria completando o ensino fundamental regular na idade adequada, o que definitivamente não era o nosso caso.

Em termos práticos, essa forma de organização colocava obstáculos importantes à oferta em grande escala de formação profissional, em um país como o nosso, especialmente para o segmento da população mais carente e que poderia estar mais interessado nesse tipo de educação. De um lado, o chamado sistema "S", que possuía uma alta qualidade para a formação profissional propriamente dita, tinha dificuldades em organizar o conteúdo do ensino médio regular em suas escolas e, portanto, de oferecer certificação formal de técnico de nível médio. De outro, a maioria da população jovem trabalhadora possuía um baixíssimo nível de escolaridade formal, não preenchendo os requisitos para ingressar no ensino técnico de nível médio. De fato, o atraso escolar de nosso país era imenso ainda em 1994. É oportuno lembrar que apenas pouco mais de 50% dos alunos concluía as oito séries do ensino fundamental, levando em média 12 anos para fazê-lo. A única via para alcançar um maior nível de escolaridade por parte dos que já haviam ultrapassado a idade normal de frequência à escola era por meio dos esquemas de educação supletiva de ensino fundamental e de ensino médio, o que praticamente lhes fechava a porta para a formação profissional de nível técnico.

A partir de 1970, essas incongruências começaram a aparecer claramente, configurando uma situação paradoxal nas escolas técnicas: quanto melhor era a escola, mais disfuncional seu papel diante de sua missão original de formar mão-de-obra

técnica. Cada vez que o Ministério da Educação tentava melhorar as suas escolas técnicas, mais elas descumpriam a sua função de preparar quadros técnicos. Isso porque, em um país onde a faixa demográfica entrando no segundo grau era ínfima, oferecer uma escola com uma excelente formação acadêmica, que era ao mesmo tempo técnica e de segundo grau, equivalia a garantir que essa escola seria cooptada pelas elites, como simples preparação para o vestibular. As escolas técnicas passaram a ter o mesmo papel que o Colégio Pedro II, os colégios militares e escolas de aplicação de universidades. Eram as únicas alternativas públicas gratuitas oferecendo um ensino acadêmico de elevada qualidade. Portanto, eram escolas atraentes como caminho privilegiado para o ensino superior.

Era uma disfunção criada a partir de objetivos nobres. Mas os resultados não o eram. As empresas não recebiam a mão-de-obra técnica que necessitavam, os alunos mais modestos não tinham chance de fazer os cursos que poderiam interessá-los. Pela sua clientela de classe alta, os cursos não eram usados com objetivo de dar uma profissão e constituíam-se em enormes subsídios para os ricos. Era uma equação que combinava, por décadas, uma solução com muita inequidade e muita ineficiência no uso dos recursos públicos.

Criou-se no Brasil um grande contraste com o resto da América Latina, onde a escola técnica sempre foi uma opção de classes mais carentes. E como quase sempre, a escola que atende a clientelas mais modestas tende a ser também menos aquinhoadada com atenções e orçamentos. Mas o Brasil quis fazer escolas técnicas ricas para esta clientela. A intenção

foi meritória, sobretudo diante das nossas tradições elitistas. Mas o resultado não foi brilhante, pois as elites tomaram conta das escolas.

Esta é a origem dos problemas com o ensino técnico federal, com o Sistema S e com outros estados que tinham uma rede expressiva de escolas técnicas (São Paulo e Rio Grande do Sul). Todas mostravam o mesmo quadro. Quando examinávamos a condição socioeconômica dos alunos das escolas técnicas, encontrávamos um grupo de jovens de classe mais modesta, convivendo com alunos

provenientes da elite e que ocupava a cada ano uma proporção maior de suas vagas, criando a necessidade do chamado "vestibulinho", com elevados requisitos de conhecimento acadêmico, para selecionar os candidatos às escassas vagas.

Era mais do que clara a descaracterização do papel das escolas técnicas. Mas não havia um fato novo na política educativa que permitisse superar esta distorção. Permaneceu sem ser questionado esse sistema, congelado até meados de noventa.



II. Os Novos Desafios de uma Nova Sociedade

O desenho de nosso sistema de ensino técnico profissional foi inspirado no modelo europeu onde o nível de universalização do ensino básico já se havia alcançado desde o final do século XIX. Além disso, em termos conceituais foi desenvolvido no marco da enorme expansão econômica que se seguiu à chamada Segunda Revolução Industrial, e supunha a manutenção, por um longo período, de um mesmo padrão tecnológico na sociedade. Os conhecimentos técnicos adquiridos na escola, com pequenos ajustes, serviriam ao longo de toda a vida do trabalhador. Essa premissa mudou radicalmente em todo o mundo a partir de meados dos anos oitenta, quando passamos a viver uma nova revolução na tecnologia industrial. Os produtos e processos passaram a ter uma obsolescência muito rápida, o que veio a alterar radicalmente as demandas da sociedade sobre o setor educacional, especialmente em relação à formação profissional.

Era preciso garantir as condições para a educação permanente, com a constante adaptação à rápida evolução tecnológica. Estava totalmente ultrapassado o velho modelo da educação restrita a um certo período da vida das pessoas e, mais ainda, a excessiva especialização nas etapas básicas da formação profissional. No novo paradigma que se está construindo, na educação básica de caráter geral todo o jovem deve

desenvolver as habilidades e competências de aprender: desenvolver o raciocínio, o pensamento crítico e contextualizar os conhecimentos adquiridos. Passou a ser essencial para a sociedade e para o desenvolvimento pessoal de cada cidadão a universalização do acesso ao conjunto do ensino básico, o que foi claramente incorporado à política de educação de nosso país a partir de 1995.

Nesta nova concepção, a formação profissional deve passar a ser complementar à educação básica e organizada de forma flexível, para permitir freqüentes retornos ao sistema por parte dos egressos, de forma a garantir sua permanente atualização à evolução técnica. A educação permanente que a nova sociedade requer, exige, portanto, que os sistemas educacionais viabilizem essas duas condições: universalização do ensino médio e a existência de um amplo e diversificado sistema de educação profissional pós-médio flexível e aberto a todos.

Este novo paradigma, que passou a orientar a maioria das reformas educativas de ensino médio e profissional no mundo durante os anos noventa, foi a matriz de inspiração da reforma brasileira, concretizada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em 20 de dezembro de 1996 e nos decretos regulamentadores, em especial o que tratou da reforma da educação profissional (Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997).

III. A Nossa Reforma

Ao inaugurar-se a nova gestão do Ministério da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso, formulou-se uma nova política para a educação profissional, que passou a fazer parte do conjunto de mudanças aprovadas a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. O objetivo foi corrigir as falsas expectativas em relação à Educação Profissional criada pela legislação anterior, dispondo que "a Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva".

A função da Educação Profissional, pela LDB, não é substituir a Educação Básica e nem com ela concorrer. A valorização de uma não representa a negação da importância da outra. A melhoria da qualidade da Educação Profissional pressupõe uma Educação Básica

de qualidade e constitui condição indispensável para o êxito, em um mundo pautado pela competição, pela inovação tecnológica e pelas crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento.

A LDB estabeleceu então que, a rigor, após o Ensino Médio, tudo é Educação Profissional. Nesse contexto, tanto o ensino técnico e tecnológico, quanto os cursos seqüenciais e os demais cursos de graduação devem ser considerados como cursos de Educação Profissional. A diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária.

Essa concepção representa, sem dúvida, a superação dos enfoques assistencialista e economicista da Educação Profissional, bem como do preconceito social que a desvalorizava. C) direito à profissionalização, preconizado pela Constituição Federal, ganhou maior força no parágrafo único do artigo 39, desta Lei, que define: "o aluno



matriculado ou egresso do Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à Educação Profissional".

O Decreto Federal nº 2.208/97, que regulamenta a LDB, estabelece uma organização curricular para a Educação Profissional de Nível Técnico, de forma independente e articulada ao Ensino Médio, associando a formação técnica a uma sólida Educação Básica e apontando para a necessidade de definição clara de diretrizes curriculares, com o objetivo de adequá-las às tendências do mundo do trabalho.

Essencialmente, o novo marco legal promoveu a separação formal do ensino técnico do ensino médio, tornando-o complementar, e flexibilizou a estrutura curricular para permitir o retorno dos egressos ao sistema. A partir daí, os jovens que obtivessem a certificação de ensino médio pela via da suplência poderiam obter o diploma de técnico de nível médio nas escolas técnicas ou nas instituições do sistema "S". Este, por seu turno, ganhou nova dimensão e um nível maior de articulação com o conjunto do sistema educacional ao poder certificar seus egressos com essa titulação, desde que o aluno já tivesse obtido o seu diploma do ensino médio na modalidade regular ou por meio do supletivo.

A legislação proporcionou, ademais, que as habilitações profissionais, que se encontravam pulverizadas, fossem reorganizadas por Áreas Profissionais, a fim de atender às características atuais do setor produtivo. Assim, é possível a adoção de módulos na

Educação Profissional de nível técnico, bem como da certificação de competências.

A modularização dos cursos proporciona maior flexibilidade às instituições de Educação Profissional e contribui para a ampliação e agilização do atendimento das necessidades dos trabalhadores, das empresas e da sociedade. Cursos, programas e currículos são permanentemente estruturados, renovados e atualizados, segundo as emergentes e mutáveis demandas do mundo do trabalho. Possibilitam o atendimento das necessidades dos trabalhadores na construção de seus itinerários individuais, que os conduzam a níveis mais elevados de competência para o trabalho.

C) Decreto estabelece, também, que a Educação Profissional compreende três níveis: **Básico** - destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; **Técnico** - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida pelo próprio Decreto; e **Tecnológico** correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. A LDB contempla, no nível de ensino superior, também os chamados Cursos Sequenciais. Há diferenças importantes de serem esclarecidas.

1. O Profissional Técnico é curso de nível médio, pois requer o diploma de conclusão do Ensino Médio (que pode ser obtido de forma concomitante). Seu atrativo é ser um

curso de um ano, em comparação com o Seqüencial e o de Tecnólogo, que duram no mínimo dois. Atende à demanda de uma clientela de maior faixa etária, egressos do nível médio, tanto pela via regular, como pela supletiva - em 2001, 54% dos estudantes encontravam-se na idade entre 18 e 24 anos e 27% tinham 25 anos ou mais.

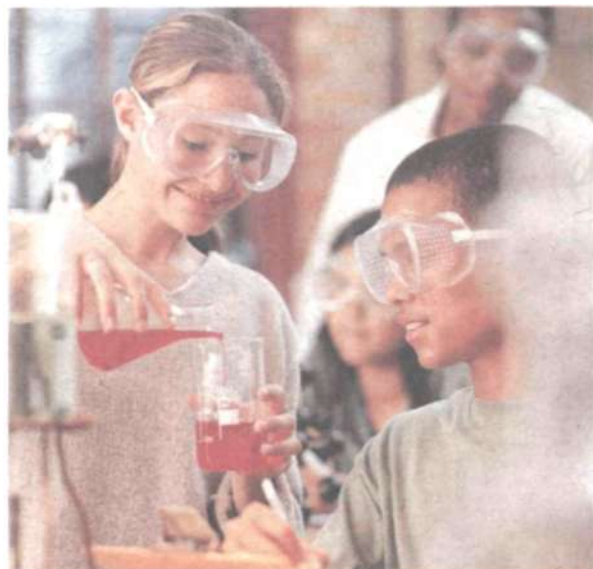
2. Os cursos Tecnológicos são cursos superiores de graduação curta, com duração média de dois anos. São destinados a concluintes do Ensino Médio, regular ou supletivo, aprovados em processo seletivo. A modalidade é ministrada pelos Centros de Educação Tecnológica, mas pode ser oferecida pelas instituições que se credenciam para oferecer cursos técnicos.

3. Os cursos Seqüenciais foram previstos na LDB com o objetivo de proporcionar qualificação em áreas específicas do conhecimento, em nível superior, devendo guardar proximidade com cursos de graduação já ministrados pelas instituições credenciadas para o ensino superior. São cursos com duração mínima de dois anos, abertos a candidatos com diploma de conclusão do Ensino Médio e aprovados em processo seletivo.

No plano prático, a diferença entre seqüencial e tecnológico tem muito a ver com a mantenedora. Instituições credenciadas para oferecer bacharelados criam cursos seqüenciais pela facilidade administrativa de dispensa de consulta ao Ministério da Educação. Outras instituições criam os tecnológicos, por ser o melhor caminho para as que não têm bacharelados credenciados. Para quem opera cursos superiores, é uma

grande vantagem oferecer um seqüencial, ao invés de um tecnólogo, pois não precisam autorização do Ministério da Educação para tal. Entretanto, recentemente, o Conselho Nacional de Educação - CNE - tem buscado limitar a completa liberdade que existe com relação a esses cursos.

Há diferenças mais sutis nos cursos seqüenciais, uma vez que não permitem acesso à pós-graduação. Por outro lado, há uma tendência para que tenham uma transição mais fácil para os cursos de quatro anos. Nos últimos anos observa-se uma forte expansão nas vagas dos cursos de quatro anos, em meio a uma economia pouco dinâmica. Mas observa-se também o aparecimento de vagas não preenchidas em muitos cursos. Muitas instituições privadas de ensino superior começaram pela primeira vez na vida a ter que enfrentar uma real concorrência. Os mais agressivos descobriram o seqüencial e estão encontrando uma resposta muito dinâmica por parte dos alunos. De fato, o número de cursos nesta modalidade passou de 421, em 2000, para 700 cursos, em 2002 - um crescimento de 68%



IV. Os Obstáculos à Reforma

Difícilmente se pode imaginar uma reforma em um regime democrático que não seja lenta, penosa e amplamente negociada. Esta não foi exceção. No que segue, passemos em revista algumas das questões encontradas ao longo do caminho.

A idéia da separação das dimensões profissionais do currículo acadêmico contidas nos cursos técnicos é justificável, seja por razões de equidade, seja por razões de eficiência. Mas a reação inicial foi de temores de quase todos os lados. Nas escolas técnicas federais, a reação foi inicialmente muito negativa, entre outras razões porque seus dirigentes não se consideraram suficientemente consultados.

Havia uma grande resistência, pois a reforma era vista como uma separação entre a teoria e a prática, entre o aplicado e o conceituai. Isolar o técnico seria um empobrecimento do seu conteúdo de pedagógico, ao tirar dos que vão usar as mãos a preparação para usar a cabeça. Esta tem sido a crítica costumeira aos cursos profissionais oferecidos pelo Sistema "S".

Mas o argumento é frágil. A proposta de separar os dois cursos oferecia duas alternativas. Ou o currículo técnico era concomitante ao último ano do médio ou, vinha depois de obter o diploma do médio. Se fosse concomitante, corresponderia a uma mera rearrumação de dois currículos que permanecem próximos do que eram em seu conteúdo, apenas mudando um arranjo

administrativo de que passariam a ser duas matrículas e dois diplomas correndo em paralelo. Se o curso profissional vier depois, isso ocorrerá quando os alunos já terão recebido toda a preparação acadêmica do médio, dentro da carga horária que prescreve a legislação. Fosse esse argumento forte, deveria atingir também o tecnólogo e o seqüencial, também pós-médios, diferentes apenas pela sua maior duração. Portanto, a separação não traria qualquer perda ou esvaziamento de qualquer dos lados. Outro argumento interessante é que essa fórmula já existia, na forma dos chamados "cursos técnicos especiais", encurtando para um ano o técnico, para alunos que já tinham um diploma médio. Ora, tais cursos jamais foram objeto de qualquer crítica, apesar de que tinham exatamente a mesma fórmula do que foi proposto na reforma.

Mas para entender o equívoco da crítica, é preciso não confundir formação profissional com a necessidade de dar aplicações reais e práticas aos conhecimentos teóricos da escola. Toda escola de qualidade deve ensinar a teoria com a prática - pela prática ou no vai e vem com a prática (são maneiras alternativas de dizer o mesmo). É isso que dá solidez e funcionalidade ao que se aprende. E isso é verdade tanto no ensino acadêmico como no técnico. Todo ensino acadêmico deveria ser assim, sem necessitar da profissionalização para fazer a ponte da teoria com a prática. O enlace da formação profissional com o acadêmico não é mais do que uma outra maneira de fazer esse vai e vem. Mas não é a única. Quem tem que mudar é a escola acadêmica. O curso técnico não pode ser uma muleta para dar vida e praticidade ao que se aprende na escola acadêmica.

1. *Concomitância ou Pós-Médio?*

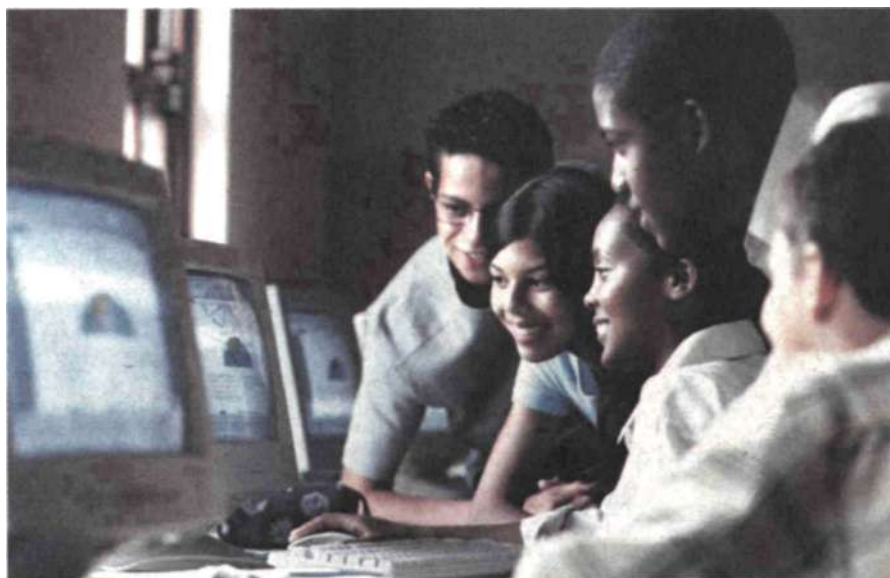
Um dos temas debatidos quando o projeto estava em discussão foi a questão da concomitância do técnico com o acadêmico ou a sua possível vocação para virar um programa tipicamente pós-médio.

A observação sugere uma tendência divergente. Os cursos técnicos de mais complexidade, sobretudo na área industrial, como as escolas técnicas federais e o SENAI, tendem a abandonar o acadêmico na velocidade que julgam prudente (diante de reclamações ou ações legais que efetivamente ocorreram). De fato, esta pouca fidelidade ao ensino médio é usual em escolas técnicas de boa qualidade, que estão sempre tentando subir a escada do ensino, oferecendo cursos de níveis cada vez mais elevados, passando a concentrar-se no pós-médio e superior. Esse foi o caso dos cursos do SENAI e da escola técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por outro lado, no CEFET do Ceará, notou-se a tendência de manter um ensino médio acadêmico, ao mesmo tempo

que se expandia a matrícula nos cursos técnicos e tecnológicos.

No segmento comunitário, onde as escolas são criadas por meio de parcerias com ONGs, fundações, associações empresariais, sindicatos de empregados ou de empregadores, em estreita relação com a comunidade, o modelo separa totalmente o ensino médio da educação profissional. Não obstante, há casos de parceria com escolas de Ensino Médio, como, por exemplo, o Centro de Educação Profissional Prof. Hélio Augusto de Souza (CEPHAS), no município de São José dos Campos, onde o ensino acadêmico é feito em parceria com o Centro Paula Souza nas escolas de ensino médio no Município.

Nos cursos mais populares, sobretudo nas escolas acadêmicas estaduais, com apêndices profissionalizantes, a tendência é mais para a concomitância. Estas escolas não eliminaram e não querem eliminar o acadêmico. Suas clientelas são mais populares e grande a pressão por parte das famílias que querem vagas no ensino regular para seus filhos não



pode ser ignorada.

No Rio Grande do Sul, a situação é de grande heterogeneidade nas respostas. No agregado, das 146 escolas que ofereciam ensino técnico em 1999 este número cai para 33 escolas. Por outro lado, sobretudo em escolas privadas de natureza filantrópica, também há escolas de ensino médio que operam alguns cursos técnicos.

No caso específico da rede educacional do Centro Paula Souza, existem pressões, especialmente nos bairros mais pobres de São Paulo, para que se mantenha a concomitância dos cursos técnico e acadêmico. A tendência é, no entanto, para a redução do volume de alunos no acadêmico (em mais de 50% até o momento) e a concentração do técnico no noturno para alunos de maior idade que tem, durante o dia, outras atividades profissionais, seguido da preferência pelo turno da tarde e uma menor procura pelo turno da manhã. Observa-se, ainda, um envelhecimento paulatino da clientela da educação profissional.

2. A Articulação das Disciplinas Técnicas e Acadêmicas

Havia um argumento mais pertinente de crítica à reforma. As melhores escolas técnicas realmente haviam criado um currículo acadêmico acoplado, integrado e contextualizado nos assuntos do ensino técnico que, no modelo anterior, era estudado simultaneamente. Mas, tanto quanto se sabe, poucas escolas fizeram isso com certa profundidade. Ademais, a reforma não proibiu continuar fazendo. Era e é uma decisão soberana da escola ensinar sua física

e sua matemática vertida na problemática do curso técnico que corre paralelo.

No caso da Escola Técnica Federal de Cuiabá há um trabalho nas escolas de ensino médio, de onde são oriundos os alunos que realizam os cursos de nível técnico, consistindo na integração nos planos de cursos da base científica necessária para o aluno obter um bom desempenho nos cursos técnicos. Por outro lado, os Centros Vocacionais (CVT) do Ceará desenvolvem atividades de apoio às disciplinas científicas das escolas de ensino médio, tanto as públicas, como as privadas. O apoio se dá por meio de parcerias pedagógicas, quer orientando professores de física, química, biologia e matemática no preparo e desenvolvimento de conteúdos e experiências, quer oferecendo os espaços de seus laboratórios para que os professores ministrem aulas teóricas e práticas.

3. A LDB e o Alongamento do Ensino

A **LDB** foi um complicador e um facilitador da reforma da educação profissional. Foi um facilitador porque tornou possível a reforma, sem que fosse necessário aprovar uma lei regular do Congresso e sem mudar a Constituição. A LDB permitiu executar a reforma dentro de um âmbito politicamente muito mais fácil de fazer reformas que são os decretos presidenciais e portarias ministeriais. Portanto, a LDB facilitou muito a reforma, do ponto de vista burocrático e administrativo.

Por outro lado, a LDB introduziu um complicador, um forte ruído no sistema. Ao aumentar a carga horária do ensino médio e do técnico, ela criou um sistema educativo

novo, muito mais pesado e longo. Isso não é um mal, mas um bem, pois comparada com outros países, a carga horária do nosso ensino era muito reduzida. Mas, infelizmente, houve uma tendência de confundir com a reforma aumento da carga horária trazido pela LDB. Mas, na realidade, isso é um erro, pois a reforma do profissional não tocou na carga horária. O peso adicional das horas somadas ao currículo acadêmico vinha da LDB, anteriormente aprovada.

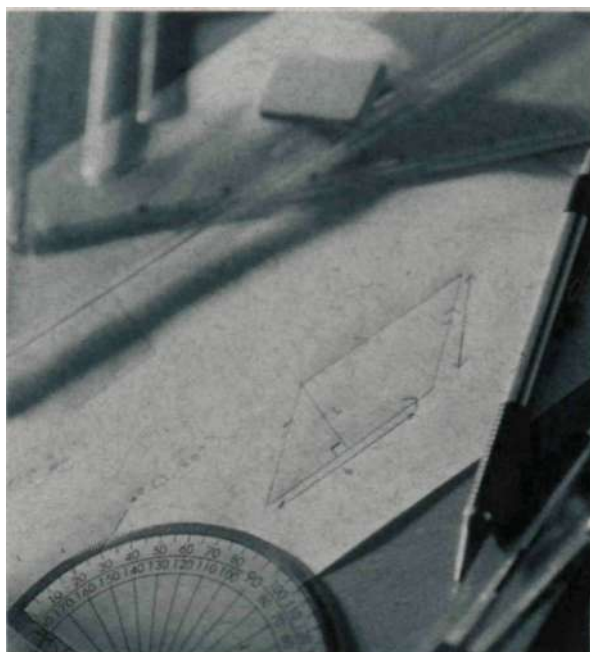
Portanto, a reforma do ensino técnico herdou da LDB um sistema mais longo, com mais horas, ao qual todas as escolas passaram a ter que cumprir, com ou sem a reforma. Isso confundiu a questão e foi usado pelos seus detratores para mostrar que o novo sistema era mais longo, quando se somavam as horas do acadêmico sozinho com as horas do novo técnico (sem disciplinas acadêmicas). De fato, era e é mais longo. Mas não é em uma só hora mais longo do que o que seria o antigo técnico integrado após a LDB, se não houvesse a reforma. Portanto, as críticas quanto à maior duração podem ser procedentes ou não. Contudo, elas não têm a ver com a reforma do ensino técnico e sim com a LDB.

4. O Pós-Médio Não Profissionalizante: A Persistência do Elitismo

Considerando que questões de equidade estiveram presentes nas motivações para reformar o ensino técnico, essas devem estar presentes ao examinar os resultados. E, de fato, houve alguns maus exemplos dados por CEFETs de prestígio. Ao reformular o seu técnico, este foi guindado ao nível pós-secundário, o que é perfeitamente natural e

em linha com que fizeram outras escolas técnicas de qualidade. Contudo, retirou-se do programa a sua terminalidade e o seu vínculo com o mercado de trabalho. Criou-se um novo profissional que não é técnico em coisa alguma. Portanto, não sai, ao cabo de dois anos, preparado para encontrar um emprego e ganhar a sua vida. Seu único e inevitável destino, portanto, é prosseguir sua carreira escolar, transferindo-se para o curso de tecnólogo ou engenharia, oferecido pela mesma escola, quando obtém um bom desempenho nos estudos. De certa maneira, isto permitiu que estas instituições mantivessem o alto grau de elitização de sua clientela, pois o novo curso só pode interessar a quem tem um horizonte de estudos mais longo.

Não obstante, esse subterfúgio não passou despercebido. O Ministério da Educação pressionou e continua pressionando estas instituições para não prosseguirem nesta direção elitista e contra o espírito da reforma.



V. Implantando a Reforma: O Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP

Para implementar tão importante reforma, o Ministério da Educação foi buscar apoio no Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID-, que aprovou o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. O Programa destina-se à modernização e expansão do sistema, mediante o aporte de recursos para as escolas do segmento federal, para as dos segmentos estaduais e promoveu a criação de um novo segmento: o das escolas comunitárias. O aporte de recursos do Programa é essencial para que as escolas existentes possam adaptar-se aos princípios da reforma, mas a maior parte do investimento tem se dirigido à expansão do sistema dentro do novo paradigma.

Nessa expansão, o segmento mais dinâmico vem sendo o das escolas comunitárias. Ficou claro desde o início do governo que não seria viável expandir a educação profissional dentro do modelo centralizado das escolas técnicas federais. Os problemas concentravam-se na dificuldade de gestão, na escassez de recursos para manter um sistema que tinha um elevado custo por aluno e na falta de articulação da educação profissional com o mercado de trabalho local. A equação que permitiu resolver as três questões simultaneamente foi a concepção e a

implementação de um modelo inovador de descentralização de recursos públicos para investimentos por meio de entidades comunitárias sem fins lucrativos, que passam a ser proprietárias das novas escolas de educação profissional e integralmente responsáveis pela sua gestão. Garantiu-se, a uma só vez, a eficiência de gestão, a participação comunitária no financiamento do setor e a vinculação com o mercado de trabalho local. Cada escola deve ser, necessariamente, supervisionada por um Conselho com representantes da comunidade escolar e do setor empresarial do município onde está localizada a instituição.

O PROEP busca desenvolver ações integradas da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, objetivando a implantação do novo modelo de Educação Profissional, que proporciona a diversificação da oferta e a definição de cursos de forma adequada às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia. Estão contempladas no Programa a melhoria dos aspectos técnico-pedagógicos, a adequação e atualização de currículos, a capacitação de recursos humanos e a oferta baseada em estudos de mercado de trabalho.

Cada segmento tem uma forma de apresentar sua proposta a fim de habilitar-se ao financiamento do Programa. As instituições do Segmento Federal participam apresentando o seu Plano de Implantação da Reforma-PIR-; as do Estadual, após as Unidades Federadas terem seus Planos Estaduais de Educação Profissional -PEP- aprovados, visando à criação ou ao reordenamento de suas redes, são priorizadas e indicadas por meio deles para serem

financiadas pelo Programa, e as do Segmento Comunitário, instituições de personalidade jurídica de direito privado, criadas a partir de parcerias, participam apresentando Cartas-Consulta específicas, para análise e parecer.

A implementação do Programa se deu por círculos concêntricos. Inicialmente, houve uma aceleração nos projetos das escolas

federais. Estas estavam mais familiarizadas com os procedimentos necessários para receber fundos federais. Muitas já tinham seus projetos prontos e sabiam quais os procedimentos adequados para apresentação de seus projetos ao Ministério da Educação.

Os sistemas estaduais, quando ligados às secretarias estaduais de educação, eram

Escolas do Segmento Comunitário - A Grande Inovação

Essas escolas são entendidas pelo conjunto de entidades representativas da sociedade civil organizada, que atuam ou pretendem atuar na área da educação profissional, tais como: sindicatos patronais ou de empregados, de qualquer setor profissional; instituições privadas sem fins lucrativos, preferencialmente articuladas em parcerias, com ou sem participação do poder público.

Representa o Grande Diferencial da Virada da Educação Profissional

São Instituições que só oferecem educação profissional, preferencialmente de nível Básico e Técnico. Todas têm sustentabilidade própria. Alguns exemplos:

1. Centro de Educação Profissional em Votuporanga - São Paulo

O Centro é uma iniciativa da Fundação Votuporanguense de Educação e Cultura, mantenedora do Centro, localizado num dos mais importantes pólos moveleiros do País, e vai formar mão-de-obra especializada para atender a cerca de 700 indústrias do ramo moveleiro que se espalham nos 42 municípios da região. Desde sua inauguração (11/06/01) já qualificou 176 pessoas em 8 cursos de nível básico e vem qualificando 128 alunos em Aprendizagem Industrial e 96 alunos no curso técnico de nível médio em Movelaria.

2. Escola Técnica de Farroupilha - Rio Grande do Sul

É uma iniciativa da Fundação Universidade de Caxias do Sul em parceria com a Prefeitura Municipal de Farroupilha; a Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Farroupilha; o Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste do Estado e o Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra. Desde o início (14/05/01) já qualificou 178 pessoas em 19 cursos básicos e vem ministrando 4 cursos técnicos de nível médio para um total de 105 alunos, distribuídos nos cursos de Eletrônica Industrial, Processamento de Polímeros, Projeto e Gerenciamento de Redes e Telecomunicações.

3. Centro de Educação Profissional Prof. Hélio Augusto de Souza - CEPHAS - São José dos Campos

Parceria entre a Prefeitura Municipal com empresas como Embraer, Petrobrás, Erikson Telecomunicações S/A, Mineração Rio de Norte, Nikkey Vale Participações S/A e outras. Desde sua inauguração (03/06/00) já qualificou cerca de 1900 pessoas em 18 cursos de nível básico, e vem ministrando 10 cursos técnicos, com um total de 841 alunos, distribuídos nos cursos de Mecânica de Aeronaves, Mecânica, Informática Industrial, Química Industrial, Telecomunicações, Eletrônica, Comércio Exterior, Gestão Empresarial, Gestão Hoteleira e Enfermagem.

pequenos e, em geral, pouco diferenciados da rede de ensino médio do próprio estado. Com exceção do Rio Grande do Sul, cujas escolas estaduais demonstravam um forte compromisso com ensino técnico, um número grande de escolas e resultados bastante expressivos, as demais secretarias de educação demonstravam pouca afinidade com a formação profissional e, assim, levaram mais tempo para tomar conhecimento, mobilizárem-se e apresentarem projetos tecnicamente viáveis.

Já em alguns casos, quando a educação profissional estava ligada às secretarias de ciência e tecnologia, havia uma maior sintonia com o mundo do trabalho, como no sistema do Centro de Educação Tecnológica "Paula Souza", de São Paulo, e a rede implantada no Estado do Ceará.

Nestes Estados, as negociações iniciais foram imediatas e andaram em boa velocidade. Do total de 336 projetos conveniados com o PROEP, na Região Sudeste já houve a contratação de 117, sendo destes 61 em São Paulo. Dos 63 projetos da Região Sul, 34 estão no Estado do Rio Grande do Sul, e dos 69 na Região Nordeste, 13 estão no Estado do Ceará.

Note-se que os sistemas estaduais ainda carecem de um modelo de gestão para a educação profissional e de sua vinculação ao sistema administrativo, que em alguns estados vincula a educação profissional à educação, e em outros à ciência e tecnologia.

Com o segmento comunitário o processo de aproximação foi muito lento, apresentando muitas dificuldades no princípio. Porém, tão logo os princípios da reforma e as regras estabelecidas pelo Programa tenham sido as

entendidas pelas instituições, o segmento comunitário desabrochou e, realmente, tornou-se a grande novidade do projeto, pela originalidade das soluções, pela criatividade e pela variedade de alternativas que criou. Para que os potenciais parceiros, mais distantes da cultura de preparação de projetos, pudessem entrar em sintonia, foi criado um sistema de tutoria, em que os professores e assessores de diretores de algumas escolas técnicas melhores preparadas foram mobilizados para auxiliar as demais escolas, nos aspectos burocráticos, gerando, em alguns casos, parcerias que extrapolavam o período de preparação do projeto.

No âmbito das Políticas Nacionais do Programa, foram instituídos os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Profissional de Nível Técnico, para 20 (vinte) áreas profissionais, objetivando oferecer subsídios à formulação de propostas curriculares para este nível. A metodologia utilizada para o desenvolvimento dos referenciais curriculares considerou as seguintes etapas: identificação das áreas profissionais; pesquisas bibliográficas; consultas a profissionais e empresas da área, bem como a entidades ligadas à educação profissional; caracterização do processo de produção na área, suas funções e subfunções; identificação dos conjuntos de competências, habilidades e bases tecnológicas; validação do processo de produção e dos conjuntos de competências, habilidades e bases tecnológicas; redação de textos introdutórios e explicativos.

Foram organizados fóruns de especialistas e instituições para a formulação destes referenciais, objetivando a aproximação entre a educação e os setores produtivos.

O resultado do PROEP é a assinatura de 336 convênios para a execução de Projetos Escolares, distribuídos da seguinte forma:

	Quantidade	Segmento	Valor (em milhões)
	65	Federal	R\$ 142
	136	Estadual	R\$ 275
	135	Comunitário	R\$ 344
TOTAL	336		R\$ 761

A Projeção de Matrículas no Ano de Estabilização dos 336 Projetos Escolares, de acordo com o Nível, é:

Projeção	Antes do Proep	Depois do Proep
Nível Tecnológico	2.058	23.650
Nível Técnico	68.301	360.000
Nível Básico	82.155	1.610.000

O Censo da Educação Profissional realizado em 1999, identificou a existência de pouco mais de 700 mil alunos em cursos técnicos de nível médio. Considerando a duração média de 2 anos para esses cursos, observa-se que as cerca de 360 mil vagas a serem criadas nesse nível de ensino por meio dos investimentos do PROEP significam a duplicação das oportunidades atuais de ensino técnico.

Se forem deixadas de lado as possibilidades de promovê-la, é questionável alocar recursos públicos num setor onde gastos tão grandes

são realizados. Na rede federal, tal preocupação foi um dos motores do projeto.

O PROEP é um projeto que pode dar uma contribuição séria e eficaz à causa da equidade, por oferecer oportunidades de cursos curtos, preparando para o mercado de trabalho uma população de origem mais modesta. O programa acerta na eficiência e acerta também na equidade, o que deve ser uma das mais fortes preocupações no financiamento do ensino pós-médio.

A implementação da reforma mostrou algumas curiosidades e surpresas, tais como as registradas pela diretora da Escola Parobé, em Porto Alegre. Na segunda série do médio, a metade dos alunos apenas cursa o técnico. Já na terceira série, esta proporção aumenta vertiginosamente. Parece que a maior maturidade dos alunos os leva a rever sua decisão anterior de não cursar o técnico e a matricular-se em alguma carreira profissional. Outro aspecto interessante é a maior motivação observada nos alunos dos cursos técnicos. De fato, após uma rejeição inicial, os professores mais velhos e com maior poder dentro da escola estão optando por ensinar nos cursos técnicos, por encontrarem lá alunos mais centrados e motivados para os estudos.

Inovações Made In Brazil no Ensino Tecnológico

O país tem um sistema de educação profissional com inegáveis méritos. Há mesmo algumas inovações sérias no Brasil, sobretudo em comparação com o restante da América Latina. De fato, são inovações que colocam o Brasil novamente na ponta do ensino vocacional, em um setor onde teve um papel crítico, logo após a criação do SENAI e do SENAC.

Observam-se nesses sistemas duas tendências. A primeira delas é o estreitamento do leque de cursos oferecidos em cada instituição e o alongamento ou a verticalização do atendimento. Classicamente, uma escola técnica ou vocacional é uma instituição que oferece várias alternativas de cursos para o mesmo nível de alunos. A América Latina praticamente toda adota esse modelo, onde uma escola vocacional é um local físico onde se oferece a maior variedade possível de cursos,

O que está acontecendo no Brasil é que, tanto os CEFETs, quanto o SENAI e o SENAC, passam a definir um ramo industrial cada vez mais estreito e nele concentram o atendimento da escola. Pode ser a cervejaria, o vinho, laticínios, mecânica de precisão ou mecatrônica. As escolas se especializam.

Mas dentro desse setor, a gama de atendimento se expande. O aluno passa a ser desde o semi-analfabeto ao mestre e o doutor. Uma escola de solda atende desde o auxiliar de soldador, meramente alfabetizado, ao engenheiro especialista em solda que lá procura uma pós-graduação no assunto.

Portanto, a escola se especializa por área e se desespecializa no nível de aluno. Isso é um grande avanço, porque permite uma otimização no uso dos laboratórios e dos recursos humanos. Permite também um grau de interação muito mais íntimo com o setor produtivo que corresponde à especialização. O Brasil é o único país latino-americano que faz desse modelo uma política deliberada, mostrando pioneirismo na difusão de um estilo muito mais eficiente e funcional de organização de ensino técnico-vocacional.

A outra novidade também muito interessante e também observada tanto nos CEFETs quanto nos centros tecnológicos do SENAI é a presença de pesquisa e desenvolvimento em grau particularmente elevado. O SENAI fez um levantamento, dos seus centros tecnológicos, e descobriu que há mais de trezentas pessoas fazendo projetos de P&D, vendidos às empresas. A avaliação revelou mais de 80% de sucesso na sua implementação nas empresas. Ao contrário das escolas técnicas de toda América Latina que se limitam ao ensino, os CEFETs e o SENAI se meteram em uma área de pesquisa e desenvolvimento, ocupando um espaço deixado em branco pelas escolas de engenharia. Estas, na verdade, permanecem como cursos tecnológicos de orientação genérica, com uma formação tecnológica e prática muito deficiente.

A grande surpresa dos cursos básicos

A LDB criou um tipo de curso chamado básico. Nesse momento, já tínhamos meio século de tradição com o Sistema S cujo foco central vem sendo cursos desse tipo, sem que jamais se usasse tal nome ou fossem objeto de qualquer atenção do Ministério da Educação. O curso básico tem exigências reduzidas de escolaridade, está voltado para a preparação para o trabalho e não pertence ao sistema regular de ensino.

A nova modalidade rapidamente se acomodou no sistema federal. Somente no ano de 2001, em 77 instituições de ensino acompanhadas pelo PROEP, nos três segmentos (federal, estadual e comunitário) foram matriculados 173 mil alunos em cursos básicos, sendo que a projeção do número de alunos para o ano de estabilização dos projetos (2005-2006) é de 1,5 milhão de vagas, abrangendo os projetos conveniados pelo PROEP.

VI. A Evolução Quantitativa da Educação Profissional

Até o final da década de 90, as informações existentes sobre a formação profissional em nível médio restringiam-se aos cursos profissionalizantes integrados ao Ensino Médio, nas escolas que dispunham das habilitações profissionais, conforme organizadas na LDB de 1971 (Lei nº 5.692). Muitos Estados haviam criado redes de escolas técnicas, no espírito daquela Lei, mas sua qualidade era, em geral, inferior à dos demais segmentos ~ em grande parte possuíam equipamentos defasados em termos técnicos e instalações muito deterioradas. Apesar de abrigar a maior proporção do ensino técnico de nosso país, com 1,7 milhão de alunos matriculados em 1996, o segmento estadual carecia, em geral da qualidade e da organização para que pudesse ser realmente considerado como parte do sistema de preparação de nossos jovens para o mercado de trabalho. Com a exceção de alguns sistemas e de algumas escolas, tratava-se de mera parcela do sistema estadual de ensino médio geral, como as virtudes e as mazelas comuns ao conjunto.

Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394) instituiu a Educação Profissional como modalidade de ensino, sendo que o Decreto Federal nº 2.208/97, que a regulamentou, estabeleceu os níveis nos quais ela seria ministrada, compondo, além do nível Básico, o Técnico (nível médio) e o Tecnológico (nível superior).

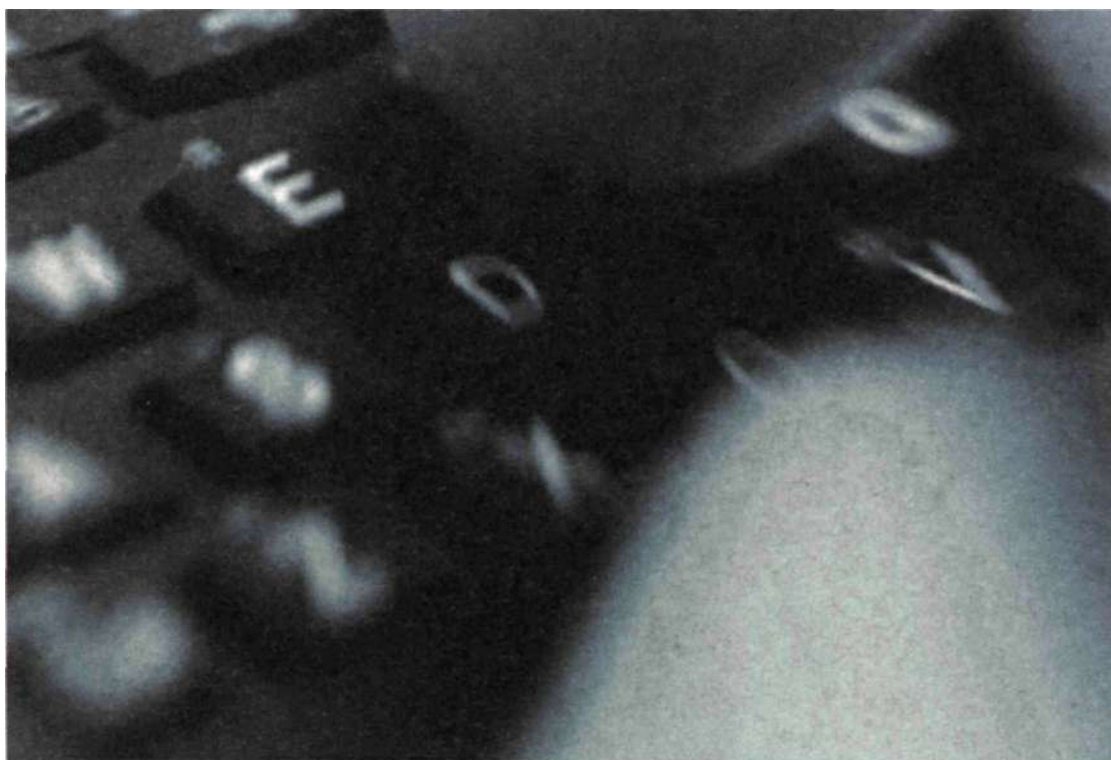
A análise quantitativa da evolução da educação profissional em nosso país numa série longa de tempo se vê prejudicada por estas mudanças conceituais significativas. Deve-se lembrar que todos os Censos são autodeclaratórios e autoclassificatórios e que é impossível que cada uma das escolas informantes tenha os mesmos critérios de distinção entre os alunos do velho e do novo sistema de educação profissional. Para aumentar a dificuldade, muitos dos alunos do velho sistema não deveriam ter sido no passado classificados como alunos da educação profissional, mas sim do ensino regular, o que não pode ser hoje corrigido. Assim, até que a implantação da reforma esteja totalmente concluída e possamos ter a certeza de que todos os agentes informantes possuem o mesmo conceito de educação profissional, carece de sentido analisar séries históricas sobre a matéria.

Assim não é de estranhar que os últimos censos escolares venham acusando um decréscimo da matrícula no ensino médio profissional. O ensino médio, em contrapartida, vem crescendo neste mesmo período impulsionado pelo crescimento dos cursos de formação geral (não-profissional).

Estas dificuldades aconselharam, logo no início da implantação da reforma, a realização de um censo especial, para levantar o número de instituições, professores e estudantes nos cursos profissionais de nível técnico, em dependências públicas e privadas. No ano de 1999 foi, então, realizado o Censo da Educação Profissional. Por este Censo, 2.216 instituições declararam ter 716.652 alunos matriculados em cursos de nível técnico profissional.

Por outro lado, desde o ano de 2001 o Censo Escolar capta dados de matrículas que ocorrem no Ensino Médio e nas modalidades Normal Médio e Profissional Técnico. Os antigos cursos Médio Profissionalizantes, entretanto, não chegaram a desaparecer por completo, pois ainda são declarados pelas escolas que enviam seus dados para o Censo Escolar. Desta maneira, ainda compõem uma modalidade do Ensino Médio. O número de alunos registrados nesses últimos cursos vem caindo sistematicamente, pois a tendência dos estabelecimentos de ensino regular é a de concentrar seus alunos nos cursos médios propriamente ditos.

A diferente metodologia de coleta de dados entre os dois Censos e o fato de o Censo de 1999 ter sido especial, com uma busca intensa por entidades que não são normalmente incluídas nos Censos Escolares regulares, impede a comparação direta entre os dois tipos de levantamento. Os Censos Escolares registram um maior número de instituições que declaram alunos em cursos de educação profissional em relação ao Censo especial, bem como um número menor de alunos nesta modalidade. Isto ocorre porque estamos em presença de dois universos distintos de instituições, com algum grau de coincidência, cujos contornos, contudo, não foi possível



identificar claramente até o momento.

Além disso, o Censo da Educação Profissional de 1999 foi realizado em um período de reforma do sistema e sendo autodeclaratório e autoclassificatório, pode também ter levado à inclusão, por parte das escolas, de cursos que ainda eram legalmente médio profissionalizantes, mas com o suposto que passariam a ser cursos Profissionais de nível Técnico, o que aumentou o número de alunos. Em todo o caso, como a partir de 2001 o Censo Escolar passou a incluir explicitamente a modalidade do Profissional Técnico, podemos assumir que a série do

Censo Escolar a partir deste ano tende a ter crescente consistência de informação.

Pela observação de alguns casos conhecidos, e com base no que ocorreu com as matrículas do ensino médio profissionalizante, no período da reforma e levando em conta que o reordenamento da educação profissional, principalmente nos Estados ocorreu de fato nos anos de 2001/2002, pode-se estimar que a partir do ano 2000, pode-se passar a contar com uma série relativamente consistente de dados sobre a educação profissional em nosso país.



O caso concreto de uma das maiores escolas técnicas privadas do país, localizada na cidade de São Paulo, ajuda a entender a questão. Antes da reforma, a escola tinha cerca de cinco mil alunos nos seus múltiplos cursos técnicos. A reforma trouxe uma redução abrupta na matrícula, que praticamente desapareceu em muitas escolas. Isto porque, o curso técnico integrado atraía alunos bastante jovens que se interessavam pelo pacote (técnico-acadêmico) sem definir muito qual

dos componentes os atraía. Mas com a reforma, o ciclo técnico se mostrou sem atrativos para esta clientela, por não terem a idade que os levaria ao mercado de trabalho. Após vários anos sem matrícula, o novo técnico, oferecido para quem já tem o diploma de segundo grau, mostra novamente seus atrativos. Recruta alunos mais velhos e mostra uma taxa de crescimento de matrícula bastante acelerada.

Matrículas no Médio Profissionalizante e Profissional Técnico

O antigo ensino médio profissional apresentou um decréscimo, entre os anos de 2000 e 2001, de 460 mil matrículas, em razão da reforma que se implementou neste nível de ensino. Entretanto, com a inclusão, no Censo Escolar de 2001, de campo específico para captar os cursos profissionais técnicos, voltou-se a ter a informação do conjunto de alunos matriculados no nível médio, em todas as modalidades profissionais. A soma dessas matrículas mostrou um crescimento de 20%, em 2001, em relação ao montante do médio profissionalizante declarado no ano de 2000. As matrículas da modalidade Profissional Técnico cresceram 22%, de 2001 a 2002, segundo as tabulações preliminares do Censo Escolar de 2002.

Número de Matrículas Médio Profissionalizante, Normal, Profissional Técnico

	2000	2001	2002 (1)
Médio Profissional	907.479	444.018	202.682
Normal	-	185.362	262.845
Profissional Técnico	-	462.258	563.534
TOTAL	907.479	1.091.638	1.029.061

Fonte: Ministério da Educação/INEP, Censos Escolares.

Nota: (1) Dados de 2002 preliminares.

VII. Novos Desafios

No que diz respeito a cursos de natureza "pós-médios" o Brasil tem muito a avançar. O país tem cerca de 17% de alunos matriculados nestes cursos, em relação ao total de alunos de cursos pós-secundários. Na Europa e nos Estados Unidos, mais da metade dos que se formam em nível pós-secundário, o fazem em cursos curtos.

E difícil imaginar que o Brasil vá ser diferente de todos os outros países do mundo. Portanto, é razoável supor que esse é o nível que vai crescer mais rapidamente nos próximos anos. Tudo indica que existe uma demanda reprimida por mais cursos curtos, seja de uma semana, seja de dois anos. Há um grande atrativo, no caso de certas profissões, para grupos sociais mais modestos, que poderiam

financiar um curso durante um ano, ou até dois, mas não podem arcar com esses mesmos custos durante quatro anos.

Segundo o Censo do Ensino Superior, na matrícula de 1999 tínhamos 58 mil alunos em cursos da modalidade Tecnólogo, sendo 72% em cursos privados, 20% em cursos estaduais e 7% em cursos federais. No Censo seguinte, o número de alunos havia crescido para 63 mil, com 71% de crescimento de cursos federais e apenas 4% nos privados, porém estes últimos ainda garantindo cerca de 70% das matrículas.

Já com relação aos cursos seqüenciais, muito mais recentes, os primeiros dados são do ano de 2000. Apresentam 18 mil alunos, em 421 cursos, sendo 81% em instituições privadas e 15% em instituições estaduais. O cadastro da

Matrículas em Cursos "Pós-Médio"

BRASIL 2001

Categoria Administrativa	Profissional Técnico	Superior (1)		TOTAL	Proporção em relação ao total das matrículas (2)
		Tecnológico	Seqüencial		
Brasil	462.258	63.046	18.242	543.546	17%
Federal	56.579	6.618	450	63.647	12%
Estadual	159.745	12.720	2.812	175.277	35%
Municipal	15.412	812	206	16.430	19%
Privada	230.522	42.896	14.774	288.192	14%

Fonte: Ministério da Educação/INEP/SEEC.

Nota: (1) Ano 2000, Base Censo do Ensino Superior.

(2) Proporção sobre o total "pós-médio" somado às matrículas na Graduação Plena.

educação superior do INEP/Ministério da Educação registra atualmente cerca de 700 cursos inscritos, de maneira que se pode ter uma idéia do quanto está se expandindo.

Está previsto no PROEP um sistema de acompanhamento de egressos. As escolas técnicas devem acompanhar seus alunos depois de formados. Recursos não são o fator decisivo. A escola profissional de qualidade, formalmente ou informalmente, consegue os recursos para ficar sabendo onde estão os seus ex-alunos. Portanto, criar um sistema de acompanhamento é uma decisão absolutamente correta. Mas a implementação desse sistema ainda é embrionária.

Isso não é um refinamento, mas um assunto vital. Um curso de um ano ou dois não pode errar a "pontaria", porque a dose de educação geral contida nele é muito mais reduzida. Portanto, seja o curso técnico ou seqüencial, ele tem que ter uma precisão muito maior em relação ao objetivo de facilitar o ingresso no mercado de trabalho. Não pode produzir para mercados saturados ou com perfis inadequados de alunos. É preciso que os gestores da educação profissional tenham uma grande intimidade com o mercado, para que não formem quem não consegue encontrar um emprego na profissão ensinada. Daí a importância de acompanhar o destino dos alunos após a formatura. Somente assim ficamos sabendo o que acontece nos mercados de trabalho.

Dentre os parceiros do Ministério da Educação, o SENAI já construiu e validou um Modelo de Avaliação de Egressos, que teve a participação de dez Departamentos Regionais. Os resultados da amostra de

validação, colhidos em 2001, indicam 82% de inserção dos técnicos de nível médio no mercado, sendo 64% na área de formação técnica. Dos entrevistados, 30% apresentaram aumentos de renda, e 76% mostraram um bom nível de satisfação com o curso feito.

Apesar da existência de recursos no PROEP e de indicações detalhadas acerca da necessidade de fazer estudos de segmento de egressos, os progressos foram poucos. As escolas do PROEP estão examinando a experiência do SENAI para adotar procedimentos semelhantes.

O desenho e aprovação dos currículos da educação profissional podem ser um passo a frente. Mas, sempre há o medo de que fiquem rígidos demais, engessando e atrapalhando a vida de todo mundo. Já estão feitos os currículos e a sua leitura revela cuidado e competência na sua redação. Mas currículos acabam sempre tolhendo a criatividade de quem quer fazer diferente ou quem tem um problema diferente. Portanto, ainda há uma interrogação quanto à flexibilidade realmente possível na prática.

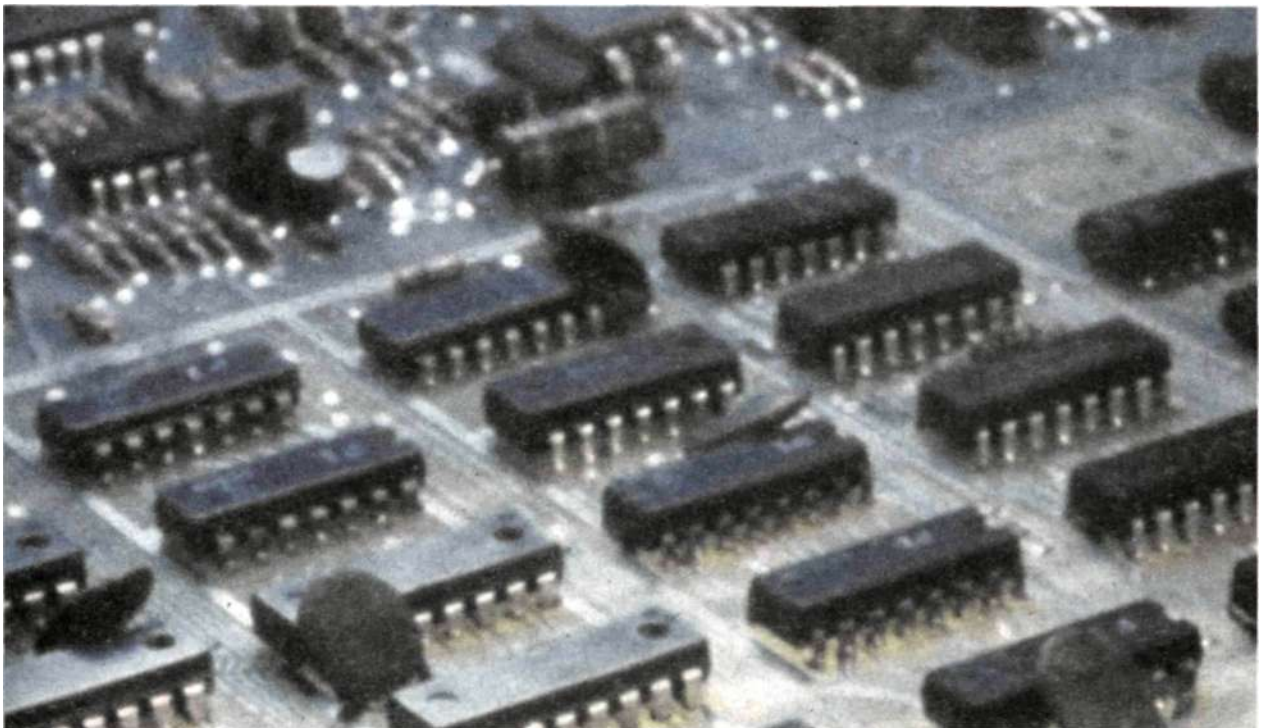
O projeto de reforma financiado pelo BID inclui uma rubrica para um programa de certificação de competências, incluindo aquelas que se obtêm no mercado de trabalho, pela experiência profissional. Lamentavelmente, o Ministério da Educação não tem qualquer experiência ou afinidade com o assunto, sobretudo, porque não lida com empresas e com o mercado de trabalho no seu cotidiano. Portanto, os entendimentos para que isso seja feito em parceria com o Ministério do Trabalho ou com o Sistema "S" são apropriados.

Do ponto de vista qualitativo, os cursos técnicos e tecnológicos ligados às redes federais e ao Sistema "S" tendem a ser excelentes. Os desafios residem na modéstia da matrícula, diante do tamanho da nossa força de trabalho. Necessitam crescer ainda mais, tanto na formação profissional clássica, quanto nos níveis técnicos e tecnológicos que nos interessam no presente texto.

A proporção da faixa etária entrando no mercado de trabalho sem formação profissional é muito grande. As necessidades quantitativas são enormes. Apenas agora começa a se esboçar um modelo não elitista e ainda incipiente para a profissionalização no nível pós-médio. A dúvida é o que vai acontecer como resultado do aumento da coorte que consegue terminar o segundo

grau. É óbvio que esses cursos curtos serão o desaguadouro natural dessa clientela.

Houve um salto de dimensões quânticas no ensino técnico, como resultado da reforma e do advento do PROEP. Quebrou-se um impasse de extraordinária infelicidade, em que se combinava a iniquidade com a ineficiência. Passamos de um sistema patológico para um sistema vibrante, bem mais funcional e no qual há um esforço para fazer o que precisa ser feito. Não podemos nos iludir imaginando que todos os problemas foram resolvidos. Ainda há inúmeras dificuldades e impasses. Mas a reforma foi um passo importante à frente. A educação técnica e tecnológica deixou de ser parte do problema, passando a ser parte da solução.



Expediente

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretária Executiva

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretaria de Educação Fundamental

Iara Gloria Areias Prado

Secretaria de Educação Média e Tecnológica

Raul David do Valle Junior

Secretaria de Educação Superior

Francisco César de Sá Barreto

Secretaria de Educação Especial

Marilene Ribeiro dos Santos

Secretaria de Educação a Distância

Pedro Paulo Poppovic

Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola

Antonio Floriano Pereira Pesaro

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Mônica Messenberg

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

João Batista Gomes Neto

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes

Abílio Baeta Neves

Diretor-Executivo do PROEP

Domingos Sávio Spezia

Gerente Técnico-Pedagógico do PROEP

Zeli Isabel Ambrós

Coordenação do Projeto

Sergio Tiezzi

Consultor

Cláudio de Moura Castro

Pesquisa

William Lonzar

Zeli Isabel Ambrós

Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco "L"

70047-900 - Brasília - DF - Brasil

<http://www.mec.gov.br>

Supervisão

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação
J W Thompson Publicidade Ltda.

Projeto Gráfico

Laerte Agnelli

Editoração

Companhia do Traço

Fotolito

Litokromia

Impressão e acabamento

Kriativa

Produzido Em papel Reciclado da cia. Suzano - Papel offset 100% reciclado produzido em escala industrial no Brasil, feito a partir de aparas pré e pós-consumo.

MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO



Governo do
BRASIL